

---

## Artigos Originais

### FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE E A VISÃO HISTÓRICA: ALGUMAS REFLEXÕES

*Social role of the university over history: some reflections*

Marilúcia de Menezes Rodrigues\*

**RESUMO:** *O artigo procura analisar a missão social da universidade na perspectiva histórica, voltada para a reflexão sobre os condicionamentos econômicos, sociais e políticos da sociedade brasileira.*

**UNITERMOS:** *Universidade; Função Social*

**ABSTRACT:** *The text tries to analyse the social mission of the University in a historical perspective directed towards a reflection on social, economical and political matters of the Brazilian society.*

**KEYWORDS:** *University; Social Role*

#### INTRODUÇÃO

Ao refletirmos sobre a universidade neste acenar do século XXI e sobre a sua “função social”, torna-se importante retomar o sentido da “questão social” como pano de fundo, na medida que alguns aspectos históricos de sua trajetória e inserção no âmbito do estado imprimem aspectos marcantes nos dias presentes.

A questão social compreende um conjunto de problemas econômicos, sociais e políticos acirrados pela emergência e imposição da classe operária no curso da constituição de uma sociedade capitalista. Isto pressupõe, portanto, a vinculação do conflito entre capital e trabalho. Assim sendo, a questão social não representa uma situação abstrata. Ela é um fato concreto que se firma sob bases específicas<sup>1</sup> e faz parte da própria expansão do capital.

---

\* Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia e do Programa de Mestrado em Magistério Superior da UNIT.

<sup>1</sup> São as bases: o processo de industrialização, a implantação do modo de produção capitalista, o surgimento do operariado e da fração da burguesia.

Neste movimento, as desigualdades sociais vão ocorrendo na medida da expansão do capital. Dessa forma, o crescimento de um aspecto acelera o crescimento de outro. Segundo IANNI (1992, p. 87), a questão social representa o reflexo das disparidades *econômicas, políticas e culturais que envolvem grupos e classes sociais. O tecido da questão social mescla desigualdades e antagonismos de significação cultural, expressando uma dimensão importante dos movimentos da sociedade* (IANNI, 1992, p. 95). Portanto, a questão social pode ser vista do ponto de vista político e do ponto de vista social.

Partindo desse raciocínio, podemos admitir que a função social da Universidade, no período anterior a 1930, já se encontrava presente sob o prisma político, embora fazendo parte apenas dos discursos dominantes, de modo esporádico e episódico, pela impossibilidade de se fazer presente enquanto categoria inerente ao pensamento dominante. No contexto da sociedade brasileira, a questão social era considerada como uma idéia subversiva, que deveria estar no âmbito dos aparelhos repressivos do estado, por constituir objeto das idéias socialistas, não integrado ao discurso dominante.

Desde o final da Primeira República, as universidades, que até então não existiam, passaram a ser reconhecidas por meio de decretos, artificialmente criadas como aglomerados de escolas e faculdades, heterogêneas, fisicamente distantes uma das outras, sem que se registrasse nenhuma proposta de criação de universidades concebidas na verdadeira acepção da palavra. Foram fundadas, nesta época, muitas novas escolas isoladas, propiciando, pela primeira vez, um possível ensino superior. Apesar dessas deficiências, já se fazia sentir, mais explicitamente, sua influência do ponto de vista político e cultural, o que será marcadamente expressivo nas décadas de 40 e 50.

Em 1934, com a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, inicia-se, embora em pontos esparsos, a pesquisa científica e social, e o ensino superior começa a se vincular, mais estritamente, ao sistema educacional, embora ainda com traços marcantes de patriarcalismo. Entretanto, não havia, ao final do governo Kubitschek, nenhuma universidade, no amplo sentido que abrangesse todas as áreas do conhecimento e tivesse participação mais efetiva na vida do país.

Efetivamente, a partir dos anos 30, a questão social foi inserida na agenda governamental e, dessa forma, também a função social da universidade que, anteriormente não estando legitimada no pensamento dominante, passa a ser objeto das ações do Estado que assume, a partir de então, as ações sociais, antes vinculadas ao setor privado e às entidades confessionais, pressupondo, assim, o reconhecimento e a legitimação pela classe hegemônica. Ainda, significa que o reconhecimento explícito da questão social implica o reconhecimento implícito da classe operária.

Esta mudança, de caráter político-social, corresponde ao momento de mudança do modelo econômico na época de Vargas. Temos a considerar que a crise da economia capitalista internacional e, em específico, a crise brasileira de 1929, representa um momento decisivo para a redefinição do Estado, no tocante a inclusão da questão social nas suas promessas.

Desestruturadas as bases do estado oligárquico, o espaço educacional se abre, buscando concretizar as aspirações que emergiram no decurso dos anos 20. Não resta dúvida que o tipo de educação e a própria posição da universidade representaram expressão à

manifestação do modelo econômico que deveria se fortalecer a partir de então.

O movimento revolucionário de 1930 não só abalou as estruturas de um Estado oligárquico, como fez eclodir um momento de criação das condições necessárias ao florescimento do estado burguês que, a partir desta nova configuração, iria se firmar enquanto um sistema que agregaria instituições políticas e econômicas, valores sociais e culturais com perfis burgueses (IANNI, 1986, pp. 25-26).

Otávio Ianni mostra, ainda, que a esse novo Estado coube assumir medidas institucionais inovadoras, que marcaram uma nova fase de ligação entre estado e sociedade.

Exigiu-se da educação como um todo uma mudança de concepção para que fosse possível atender, primeiramente, o novo modelo de desenvolvimento industrial e capitalista, que promoveria o crescimento da sociedade e a elevaria ao contexto das nações desenvolvidas. Em segundo lugar, para atender à formação e expansão do capital humano, considerado peça fundamental para o aumento da produção e para o crescimento da economia. É neste momento que a Universidade se mostra profissionalizante e ilusória, assumindo uma postura conciliadora de forças voluntárias à oligarquia.

O percurso da Universidade, a partir de então, fica à mercê dos interesses políticos e reflete as contradições sociais pelas quais passou o país.

A concepção de universidade, implantada em 1931, com a Reforma Francisco Campos, vem comprometida com o preparo de uma elite capaz de garantir a continuidade do poder, ao lado do compromisso com o desenvolvimento da pesquisa científica atrelada à formação profissional.

Interesses políticos, agregados à insatisfação da oligarquia paulista, fazem aflorar novas discussões em torno da transformação das universidades, fazendo surgir a aprovação do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1932, cunhando um marco estrutural na concepção de universidade.

Isto retrata que os grupos políticos de então conscientizaram-se da importância estratégica de uma política educacional que consolidasse as mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, desde o movimento de 1930. Portanto, a universidade, no bojo desta política, prosseguirá como portadora de um domínio próprio e específico, e com um papel histórico a cumprir na sociedade para a qual foi criada.

Assume, dessa forma, característica bem definida enquanto processo intencional de intervenção na realidade, em um processo social materializado. Na tentativa de mostrar a sua identidade, reflete mecanismos asseguradores das mudanças na sociedade.

As universidades, criadas neste contexto, espelham muito mais as questões político-ideológicas das classes dominantes do que a incorporação efetiva de uma identidade. São exemplos, a criação da Universidade de São Paulo, em 1934 (resultado de negociações políticas, à custa de concessões, como forma de aproximação com o governo central), a Universidade do Rio de Janeiro, em 1935, efetivada segundo princípios de cooptação no âmbito da sociedade política, considerada como inconstitucional e ilegal pela burocracia do Ministério da Educação. Pelos seus princípios norteadores (expansão da cultura, indissociabilidade entre ensino e pesquisa, autonomia e liberdade, via investigação, formação crítica dos alunos, participação democrática no poder), foi vista como um modelo contrário e prejudicial à iniciativa governamental, que, neste momento, estava consciente do poder da

educação, enquanto instrumento ideológico. Por esta razão, a UDF, passa a ser incorporada à Universidade do Brasil, antiga Universidade do Rio de Janeiro, deixando de contribuir para uma transformação da universidade brasileira.

Isto representou a força expressiva da política educacional, que se colocava cada vez mais tênue em face das lutas político-ideológicas das classes hegemônicas.

Nos anos que se seguiram à ditadura, nenhuma tentativa de renovação da universidade foi concretizada.

Nos anos 60, a tentativa de uma reafirmação social da universidade se faz presente por meio de três marcos significativos: a Universidade de Brasília, a Reforma Universitária e a expansão quantitativa do ensino superior.

A Universidade de Brasília foi uma proposição original, fruto intelectual de uma geração que pensou e formulou, pretensiosamente, um modelo novo, com um projeto de uma instituição integrada, capaz de responder às necessidades de renovação, de integração da ciência e da tecnologia aos cursos universitários.

Os princípios fundam-se, via convicção de um modelo existente, na forma já envelhecida e já em crise. Crise em decorrência de seu caráter alienígena e em razão do viciado sistema de escolas agregadas. Convicção da defasagem da nossa universidade frente às universidades de outros países e da presença de uma ideologia no interior da universidade a serviço da classe dominante. Esse modelo representou mais uma tentativa de modernização real da universidade brasileira, instituída sob um planejamento racional e integrativo, com o espírito renovador e compromissado com a realidade brasileira, voltada para a solução dos problemas educacionais (BOAVENTURA, 1978).

Estruturalmente, este modelo substituiu a divisão tradicional da universidade em faculdades isoladas por um novo modelo organizacional, englobando três conjuntos de órgãos de ensino, pesquisa e extensão cultural, dentro de uma estrutura funcional. Ultrapassando todas as expectativas, foi considerado um novo marco para o avanço do ensino superior brasileiro.

Em fase experimental de quatro anos (1961-1964), com a queda do então presidente João Goulart, o seu substituto procurou controlar esta universidade, provocando o seu desvio e, assim, destituindo o projeto.

Posteriormente a 1964, muitas outras universidades procuraram aderir ao novo processo de reestruturação, mas o que se verificou foi a falsa implantação de Institutos Centrais, compostos pelas antigas cátedras, falsas departamentalizações das faculdades profissionais, procurando atender ao que se assemelhava à modernização.

Após o golpe de 64, novas mudanças são incorporadas à universidade brasileira, consolidadas na lei da Reforma do Ensino Superior de 1968 (Lei 5.540/68), seguida de desdobramentos jurídicos, regimentais e doutrinários, com objetivos de forçar o entendimento e a implementação desta forma híbrida. Optou-se por uma modernização reflexa que, incorporando mudanças de objetivos, na forma tríade de ensino-pesquisa e extensão, copiou o modelo americano de organização.

Contudo, esta reforma veio em decorrência das mudanças contextuais. Mudanças que, segundo ROMANELLI (1987), se voltavam com exclusividade aos interesses empresariais, aos anseios das empresas multinacionais e às necessidades da burocracia estatal.

Refletia, então, muito mais as conseqüências das estratégias políticas do que as iniciativas acadêmicas. Mais uma vez a educação veio atrelada aos interesses do poder, desconsiderando suas verdadeiras finalidades, o que significa retratar as contradições e ambigüidades do processo político e social. Pressupõe-se apontar a sua concepção no bojo dos interesses puramente privados e particularmente econômicos.

Esta foi a ideologia imposta pelo Estado, a partir de 1964, que concorreu para as bases do ensino superior, objetivando um inter-relacionamento entre educação e necessidade do desenvolvimento econômico e social. Dessa forma, o sentido do ensino superior veio marcado pela necessidade de assumir uma reprodução de recursos humanos em força de trabalho, ao mesmo tempo se propondo em garantir e manter tanto uma estrutura de seleção quanto de cooptação das camadas médias.

Assim, a universidade, enquanto instituição que assume um papel preponderante no processo de desenvolvimento, representou, a partir da Lei 5.540/68, uma alternativa de atendimento aos vários níveis delimitados nas propostas desenvolvimentistas. Mais uma vez o discurso oficial foi definido a partir dos objetivos econômicos e sociais, delineados no papel normativo do Estado, enquanto instância que determina as diretrizes para garantir um projeto amplo de desenvolvimento.

O significado da Reforma Universitária de 1968 é compreensível à luz de um contexto no qual permeava uma ideologia de bases tecnocráticas, o que caracteriza que a educação deveria se colocar como alternativa eficaz na solução da crise econômica do país, naquele contexto. Assim, essa ideologia representou, substancialmente, o caráter economicista, neutralizante e autoritário, induzindo a universidade a se ver impotente para qualquer nível de discussão ideológica.

Pelo exposto, podemos afirmar que a universidade, desde a sua criação, esteve alienada à realidade social e se colocou fortemente atrelada aos interesses dominantes.

No nível ideológico, a questão social pode ser vista no interior de um discurso integrador, permeado no conjunto das medidas políticas.

A inserção de uma possível função social foi apenas atrelada à perspectiva do relacionamento com o desenvolvimento econômico. Portanto, só é possível compreender a universidade partindo do princípio da sua vinculação estreita ao contexto político brasileiro.

A sua identidade se diluiu face às forças sociais mais contundentes. Há, hoje, uma preocupação uníssona da necessidade de recuperação da sua identidade e da sua função na sociedade.

É por isso que são explícitas as preocupações em torno do questionamento e do delineamento dos seus objetivos e da sua real concepção. Em termos sociais, a sua concepção se mostrou confusa, indefinida e contraditória. Ainda não está clara a real missão social da universidade. A sua função social constitui uma questão que merece análises mais profundas.

A caracterização social da universidade precisa ser definida. Tudo parece indicar que estamos impotentes em termos de capacidade institucional para atender as grandes questões colocadas por uma época de total crise de paradigmas. A ausência desta delimitação parece apontar, inclusive, para a dificuldade de se propor utopias possíveis, uma vez que a contemporaneidade, até certo ponto, está marcada por perplexidades e por deficiência/

inexistência de projetos que levem em conta as necessidades e prioridades de uma significativa parcela da população.

A universidade, especialmente a universidade pública, se defronta com grandes questões.

A própria gênese da universidade revela-nos padrões e comportamentos antigos, arcaicos e cujas indagações se fazem pertinentes à compreensão do que dizemos hoje serem modernas.

Contraditoriamente, a questão social da universidade está imbricada na sua gênese e, para estabelecermos uma concepção moderna, torna-se essencial estabelecermos aproximações para, inclusive, sermos capazes de compreender as distâncias e propormos as utopias.

Na trajetória da universidade, a função social esteve distorcida e inadequada e, frente aos condicionantes político-ideológicos, quase inexistente. O que dizemos então sobre as questões sociais da universidade neste final do século XX? Como tornar clara a contribuição da função social da universidade face às questões sociais impostas para nossa contemporaneidade? Como tornar possível a efetivação da missão social da universidade, sem reincidir na inadequação da universidade em relação ao social e ao político que lhe dá existência e sentido? Como reestruturar e transformar seus objetivos face à sua verdadeira identidade?

A crise contemporânea é teórica, política e também ética, cujas evidências são expressas na vida cotidiana. É uma crise da cultura e uma crise de valores. Isto em decorrência de que, uma vez rompidos os paradigmas unificadores e totalizantes, rompem-se também com os referenciais norteadores de práticas políticas coletivas.

A universidade está imersa nesta crise contemporânea e muito se espera da sua capacidade. A sua função social é um velho desafio político colocado pela história atual ao universo da academia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLONI, Isaura. Função da universidade: notas para reflexão. In: BRANDÃO, Zaia, *et al.* Universidade e Educação. *Cadernos do CEDES*, pp. 71-78, 1992.

BOAVENTURA, E. M. Universidade brasileira: procura de uma concepção. *Fórum Educacional*. Rio de Janeiro, (3): 3-24, 1978.

CANDOTTI, Ênio. Universidade e Cultura rumo ao ano 2000: projeto político nacional. *Educação Brasileira*. Brasília: CRUB (30): 39-47, 1º sem., 1993.

CUNHA, Luis Antônio. *A universidade temporã*. 2.ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

\_\_\_\_\_. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

FERRARI, Lucrecia D' Ambrósio. O mapa da mina: informação espaço e lugar. In: SANTOS, Milton (org). *O novo mapa do mundo: fim do século e globalização*. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1994.

IANNI, Otávio. *O colapso do capitalismo no Brasil*. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

LEITE, Rogério C. de Cerqueira. *As sete pragas da universidade brasileira*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

ROMANELLI. Otaíza de O. *História da educação no Brasil*. 4. ed., Petrópolis: Vozes, 1983.